



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Grupo de Câmaras de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Mandado de segurança nº 325344-9

Impetrante: Gilvan Gabriel Ferreira.

Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco.

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO A PORTADOR DE ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO COM FIBRILAÇÃO ATRIAL NÃO VALVAR ASSOCIADA. PRADAXA 110 mg. POSSIBILIDADE. PREFACIAL DE AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA REJEITADA À UNANIMIDADE. NO MÉRITO. PRESERVAÇÃO DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. SEGURANÇA CONCEDIDA. DECISÃO UNÂNIME. 1. Prefacial de ausência de prova pré-constituída rejeitada à unanimidade, posto que o *mandamus* foi devidamente instruído através de laudo médico de fls. 17/20, dos autos, que comprova a patologia do impetrante. 2. Restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de determinado medicamento para debelá-la, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna, sem que haja malferimento do princípio constitucional da legalidade. 3. O Grupo de Câmaras de Direito Público desta Corte de Justiça tem entendido, pacificamente, que a negativa no fornecimento de medicamentos necessários implica em desrespeito ao direito fundamental de acesso universal e igualitário à saúde, garantido constitucionalmente, que é de responsabilidade do Estado. 4. Observância da Súmula nº 18 desta Corte de Justiça. 5. Segurança concedida à unanimidade de votos, prejudicado o agravo regimental.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do mandado de segurança nº 325344-9, acima referenciado, ACORDAM os Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data, em rejeitar a prefacial de ausência de prova pré-constituída, e no mérito, e à unanimidade, em conceder-lhe a segurança, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante do julgado, restando prejudicado o agravo regimental.

P.R.I.

Recife, 18 de 06 de 2014


Des. Ricardo Paes Barreto – Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Grupo de Câmaras de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Mandado de segurança nº 325344-9

Impetrante: Gilvan Gabriel Ferreira.

Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco.

RELATÓRIO

Trata-se de Mandado de Segurança, com pedido de liminar, cuja pretensão é de obter o fornecimento do medicamento PRADAXA 110 mg devidamente prescrito às fls. 20, na posologia indicada, enquanto perdurar a necessidade de sua administração ao impetrante.

Afirma que possui histórico de Acidente Vascular Encefálico com Fibrilação Atrial não Valvar Associada, não dispondo de condições financeiras para custear o fornecimento do medicamento necessário, requerendo o deferimento de assistência judiciária gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/50.

Pugna pela concessão de liminar *inaudita altera pars* ao presente *mandamus*, e no mérito, requer o seu provimento.

Acosta documentos de fls. 14/20.

Decisão interlocutória às fls. 28/29, concedendo inicialmente a justiça gratuita, bem como a liminar requerida.

Agravo regimental às fls. 42/52, requerendo a revogação da liminar, alegando que o impetrante não comprovou que o medicamento pleiteado seja o único eficaz para o tratamento, em detrimento daqueles padronizados pelo SUS.

Informações, de fls. 57/69, alegando, preliminarmente, ausência de prova pré-constituída, e no mérito, ofensa ao princípio da legalidade, ante a falta de previsão da medicação na Portaria do Ministério da Saúde, e o descabimento da ingerência do judiciário sobre a discricionariedade administrativa, aduzindo, ainda, afronta aos princípios da isonomia e da eficiência, além de que o acesso universal e igualitário à saúde, assim como os demais direitos fundamentais, não reclamam exercício ilimitado e incondicionado, tampouco fazem jus à interpretação isolada, requerendo, por fim, a denegação da segurança.

Parecer às fls. 93/94, pela extinção do processo sem julgamento do mérito, em razão da ausência de prova pré-constituída.

É o relatório.

Inclua-se em pauta para oportuno julgamento.

Recife, 10 de junho de 2014

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Grupo de Câmaras de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Mandado de segurança nº 325344-9

Impetrante: Gilvan Gabriel Ferreira.

Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco.

VOTO DA PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA

Não conheço da presente preliminar, posto que o *mandamus* foi instruído através de laudos médicos de fls. 17/20, dos autos, que comprova a patologia do impetrante.

É como voto.

Recife, 18 de 06 de 2014

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Grupo de Câmaras de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Mandado de segurança nº 325344-9

Impetrante: Gilvan Gabriel Ferreira.

Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco.

VOTO DE MÉRITO

Extrai-se dos autos que o impetrante é portador de histórico de Acidente Vascular Encefálico com Fibrilação Atrial não Valvar Associada, conforme atesta o laudo médico de fls. 19, necessitando urgentemente do medicamento PRADAXA 110 mg, na forma prescrita, sem, contudo, possuir recursos financeiros para adquiri-lo.

Frise-se, ainda, que, ante a gravidade da patologia que acomete o impetrante, com altíssimo índice de óbito, a droga acima mencionada é imprescindível ao seu tratamento, mormente porque já possui idade avançada.

O fato de alguém necessitar de tratamento inadiável, aliado ao impostergável dever do Estado de assegurar a todos os cidadãos, especialmente os mais carentes, o direito à saúde, justifica a concessão da segurança, impondo-se ao ente público a obrigação de disponibilizar os meios necessários ao tratamento apropriado ao caso.

Como bem se sabe, é dever do Poder Público, em qualquer de suas esferas, velar pela proteção da saúde dos seus cidadãos, fornecendo-lhes, sobretudo em casos como o figurado em tela, os meios necessários para garantir-lhes melhor qualidade de vida, diminuindo os sofrimentos de que padecem, em atenção, ainda, aos ditames constitucionais que priorizam a dignidade da pessoa humana.

Não prospera o argumento de vedação legal à vinculação de fornecimento de fármacos a uma marca específica, pois, mesmo que o procedimento não esteja previamente elencado pela Administração ou mesmo que existam outras formas de tratamentos alternativos disponibilizadas pelo SUS, não há óbice ao fornecimento requerido, eis que a garantia à saúde e, em última análise, à vida, é ampla e irrestrita, não cabendo à Administração erguer barreiras burocráticas ensejando obstaculizar ou mesmo impedir o tratamento adequado, notadamente na hipótese do cidadão ser portador de moléstia grave, sendo estritamente necessário o procedimento prescrito.

O Grupo de Câmaras de Direito Público desta Corte de Justiça tem entendido, pacificamente, que a negativa no fornecimento de medicamentos necessários implica em desrespeito ao direito fundamental de acesso universal e igualitário à saúde, garantido constitucionalmente, que é de responsabilidade do Estado.

No sentido posto, colaciono precedente deste Sodalício, consoante aresto adiante ementado:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO A PORTADOR DE CA PAILÍFERO DE RIM, CID C64. PREFACIAIS DE ILEGITIMIDADE PASSIVA, AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA E IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO REJEITADAS À UNANIMIDADE. MÉRITO. PRESERVAÇÃO DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. DECISÃO UNÂNIME. 1. Preliminar de ilegitimidade passiva rejeitada à unanimidade, uma vez que a autoridade coatora em caso como tais é o dirigente máximo do órgão responsável pelo ato impugnado. 2. Prefacial de ausência de prova pré-constituída rejeitada à unanimidade, posto que o mandamus fora devidamente instruído através documentos que comprovam a patologia do impetrante. 3. Preliminar de impossibilidade jurídica do pedido rejeitada unisonamente, uma vez que pode o cidadão socorrer-se às vias judiciais, sempre que houver lesão ou ameaça de lesão ao seu direito, em função de expressa previsão constitucional. Mérito. 4. Restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de determinado medicamento para debelá-la, conforme documentação colacionada aos autos, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna, sem que haja malferimento do princípio constitucional da legalidade, em face da harmonização dos princípios constitucionais. 5. Existência nos autos de documentação comprobatória que atesta a necessidade do uso da medicação pleiteada no tratamento de saúde do impetrante. 6. O Grupo de Câmaras de Direito Público desta Corte de Justiça tem entendido que a negativa no fornecimento de medicamento que possa levar o paciente à morte implica em desrespeito ao direito fundamental de acesso universal e igualitário à saúde, garantido constitucionalmente, que é de responsabilidade do Estado. 7. Segurança concedida à unanimidade (MS 268675-1, GCDP, rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgado em 24/07/2012).

Justiça:

Nesse mesmo diapasão, eis o teor da Súmula nº 18 desta Corte de

Súmula nº 18 – É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial.

Diante do exposto, considerando que existe direito líquido e certo a amparar a pretensão do impetrante, voto pela concessão da segurança, prejudicando-se o agravo regimental.

É como voto.

Recife, 18 de 06 de 2014

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator